



Raca e politica

Author(s): Octavio Ianni

Source: *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 37, No. 2, (Apr. - Jun., 1975), pp. 431-444

Published by: Universidad Nacional Autónoma de México

Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/3539391>

Accessed: 14/08/2008 15:26

Your use of the JSTOR archive indicates your acceptance of JSTOR's Terms and Conditions of Use, available at <http://www.jstor.org/page/info/about/policies/terms.jsp>. JSTOR's Terms and Conditions of Use provides, in part, that unless you have obtained prior permission, you may not download an entire issue of a journal or multiple copies of articles, and you may use content in the JSTOR archive only for your personal, non-commercial use.

Please contact the publisher regarding any further use of this work. Publisher contact information may be obtained at <http://www.jstor.org/action/showPublisher?publisherCode=unam>.

Each copy of any part of a JSTOR transmission must contain the same copyright notice that appears on the screen or printed page of such transmission.

JSTOR is a not-for-profit organization founded in 1995 to build trusted digital archives for scholarship. We work with the scholarly community to preserve their work and the materials they rely upon, and to build a common research platform that promotes the discovery and use of these resources. For more information about JSTOR, please contact support@jstor.org.

Raça e política

OCTAVIO IANNI

I

SIGNIFICAÇÃO POLÍTICA DOS PROBLEMAS RACIAIS

Neste ensaio, pretendo fazer algumas sugestões sobre as implicações políticas de situações de antagonismo e conflito raciais em países do mundo capitalista. É claro que as implicações políticas dos problemas raciais poderiam ser apreendidas também por meio da análise de situações nas quais as raças parecem conviver em acomodação, de maneira mais ou menos harmoniosa, ou em processo de integração. Deixando de lado o fato de que essas situações parecem ser menos frequentes, não há dúvida de que elas são menos propícias à interpretação das condições e possibilidades de desenvolvimento dos problemas raciais. Creio que as manifestações de antagonismo e conflito são mais reveladoras das implicações políticas desses problemas, implicações essas invisíveis ou não expressas nas situações de acomodação e integração. As condições econômicas e políticas das relações raciais concretas aparecem de forma clara nas situações de acomodação e integração. As condições econômicas e políticas das relações raciais concretas aparecem de forma clara nas situações de antagonismo e conflito, situações essas expressas nos *riots* dos negros norte-americanos, nas guerrilhas dos negros africanos e na luta armada dos vietnamenses contra a dominação estrangeira, francesa ou norte-americana. Nos conflitos gerados pelos problemas da integração linguística na Índia, ocasiões em que às vezes ocorrem mortes, também se revelam mais abertamente as implicações políticas, econômicas e culturais da heterogeneidade racial nesse país.

Antes de iniciar a discussão, quero fazer dois esclarecimentos preliminares. Penso que eles ajudam a explicitar a perspectiva analítica em que me coloco.

Não tratarei de problemas raciais em países socialistas. Com isso não pretendo sugerir que esses países não se enfrentem com questões raciais mais o menos relevantes. Mas suponho que essas questões apresentam outras especificidades, se admitimos que as leis de divisão do trabalho social,

estratificação social, repartição da renda e organização do poder político são diversas das leis estruturais que organizam a sociedade capitalista. Prefiro concentrar-me apenas em países capitalistas porque quero reunir elementos e sugestões para a compreensão do caráter das tensões e antagonismos raciais no contexto de situações coloniais e imperialistas, por um lado, e situações nas quais se misturam raças e classes sociais, por outro. A meu ver, essa é uma maneira de captar as dimensões políticas dos problemas raciais. Penso que é impossível, ou muito difícil, compreender as condições de resolução de problemas raciais, nos Estados Unidos, África do Sul, Inglaterra, Índia, Brasil ou outros países, se a análise não apreende os conteúdos e as implicações políticos das tensões e antagonismos raciais. Para isso, entretanto, é indispensável que a análise passe pelas relações sociais estabelecidas pelo modo de apropriação do produto do trabalho social.

Neste ensaio, a noção de *raça* está usada no sentido sociológico, de raça social, e não no de raça biológica, dado pela antropologia e a genética. Isto significa que as raças são tomadas nas acepções dadas a partir da perspectiva das próprias pessoas envolvidas na situação social concreta em que se encontram, situação essa na qual os critérios biológicos são geralmente menos importantes, esquecidos, ou socialmente recriados, segundo os componentes sociais da situação¹. Ocorre que a noção sociológica de raça nos coloca diretamente diante de relações políticas, na medida em que as diferenças de atributos, traços, marcas ou outros elementos fenotípicos e físicos, raciais ou não, são organizados e definidos pelas relações sociais de apropriação econômica e dominação política.

Essa colocação preliminar indica que, a meu ver, os problemas raciais seriam ininteligíveis se examinados em si, sem conexão com as relações, os processos e as estruturas econômicos e políticos que governam as condições básicas de estratificação, reprodução e mudança sociais. Esse é o contexto em que se torna possível pesquisar e interpretar tanto os fenômenos de relações raciais, em sentido estrito, como os fenômenos de ressurgência de identidade étnica e racial em níveis nacional e internacional.

II

ANTAGONISMOS E CONFLITOS RACIAIS

O que surpreende e desafia tanto cientistas sociais como governantes e cidadãos, nos países do mundo capitalista, é que os problemas raciais parecem antes agravar-se do que resolver-se. A despeito da contínua difusão e propaganda dos ideais gerados com a cultura burguesa do capitalismo europeu e norte-americano, relativamente à igualdade política e intelectual dos cidadãos, é surpreendente como a prática das relações entre as pessoas, os grupos e as classe sociais revela a persistência e,

muitas vezes, o agravamento de tensões, antagonismos e conflitos de base racial. Isso é especialmente verdadeiro para os Estados Unidos, África do Sul, Inglaterra, Angola, Moçambique e alguns outros países, nos quais os conflitos raciais entraram em etapas políticas novas. Outro grupo de países, dentre os quais encontram-se a França, Alemanha e Suíça, apresentam situações de tensão e conflito raciais também novas, surgidas com a expansão capitalista baseada, às vezes amplamente, na incorporação de operários imigrados da Argélia, Itália, Grécia, Espanha, Portugal e outros países. Em termos totalmente diversos, países africanos e asiáticos defrontam-se com os problemas criados pela multiplicidade étnica, racial, linguística e religiosa de suas populações. Na Índia, desde a independência, ocorrida em 1947, os problemas de base étnica, racial, linguística e religiosa têm gerado tensões sociais e políticas relevantes para a nação. Em outro plano, creio que se pode afirmar que os indigenismos da revolução mexicana, iniciada em 1910, e do movimento aprista do Perú, surgido na década dos vinte, não produziram melhora substancial das condições de vida das populações de origem asteca, maia e inca. Da mesma forma, no Brasil, não há indícios seguros de que o mito da democracia racial deixou de ser uma expressão da ideologia racial da classe dominante, branca, para usos internos e externos. E cabe lembrar, ainda, a conotação racial das várias guerras havidas nas últimas décadas no Oriente Médio, entre árabes e judeus; e das muitas e longas guerras mantidas pelos vietnameses contra invasores franceses e norte-americanos.

É sintomático, aliás, que os programas educativos, culturais e de pesquisas sociológicas e antropológicas iniciados e estimulados pela UNESCO desde 1947, não produziram os efeitos civilizatórios que os seus idealizadores pretendiam². Tanto assim que a própria ONU, da qual a UNESCO é uma organização afiliada, em 1974 votou unanimemente as seguintes recomendações, nas quais o problema racial está presente.

O direito dos países em desenvolvimento e dos povos de territórios sob dominação colonial e racial e ocupação estrangeira a lutar por sua libertação e para recuperar o domínio efetivo sobre os seus recursos naturais e as suas atividades econômicas.

A prestação de assistência aos países em desenvolvimento e aos territórios submetidos à dominação colonial e estrangeira, à ocupação forânea, à discriminação, ao "apartheid" ou que são objeto de coerção e agressão econômica ou de pressões políticas e do neocolonialismo em todas as suas formas e que chegou a exercer ou estão exercendo domínio efetivo sobre os seus recursos naturais e atividades econômicas que estiveram ou permanecem sob domínio estrangeiro³.

É importante notar, nessas recomendações votadas pela Assembléia Extraordinária das Nações Unidas sobre Matérias Primas, que os problemas raciais estão postos junto com os problemas econômicos e polí-

ticos relativos às condições coloniais e de dependência de países asiáticos, africanos e latino-americanos, em face dos países colonialistas, neocolonialistas ou imperialistas, na década dos setenta.

No presente, pois, os antagonismos sociais de base racial são elementos constantes e às vezes fundamentais em muitos países do mundo capitalista. Em distintas gradações, os antagonismos raciais aparecem nos mais diversos países, desde o Estados Unidos e a África do Sul até a Índia e o Brasil. Também manifestam-se no âmbito das relações internacionais, unindo e divorciando países, como nos seguintes exemplos: o *tribalismo* e a *negritude*, em países africanos de população negra; o *panarabismo* e o *islamismo*, em países árabes e nos quais predomina a religião islâmica; o *sionismo*, entre populações de origem judia, dentro e fora de Israel; o indigenismo, em países latinoamericanos nos quais populações de origem inca, asteca e maia continuam a ser uma parte importante da população; o *hispanismo* em alguns países latino-americanos cujas tradições históricas e culturais comuns foram herdadas do colonialismo espanhol. A ênfase cultural, ou religiosa, em ideologias desse tipo não elimina as suas implicações raciais, nem as suas significações políticas. É importante observar, no entanto, que essa e outras ideologias sociais, de base racial mais ou menos evidente, tendem a ser com frequência contra-ideologias, ao mesmo tempo que são a afirmação de alguma especificidade racial, étnica, religiosa, política ou outra. Respondem a algum tipo de racismo, colonialismo ou imperialismo. Ocorre que os antagonismos raciais tendem sempre a estar misturados com formas de estratificação social, organização das relações econômicas e estruturação do poder político, em conjunto. A importância relativa e absoluta das dimensões econômicas, políticas, raciais, religiosas ou outras naturalmente varia em cada situação específica; mas é inegável que umas e outras coexistem e influenciam-se reciprocamente. Inclusive pode verificar-se que alguns dos antagonismos estruturais básicos, como na exploração do trabalhador negro nas colônias portuguesas, na África do Sul, nos Estados Unidos ou no Brasil, apareçam ideologicamente defletidos, ou mesmo invertidos, em ideologias raciais e religiosas; às vezes as duas integradas numa só.

III

CONDIÇÃO RACIAL E DESIGUALDADE ECONÔMICA

Grande parte da problemática relativa às relações raciais, conforme essa problemática manifesta-se em países capitalistas, aparece de modo mais ou menos claro no seguinte paradoxo: difundem-se e valorizam-se cada vez mais os ideais de igualdade intelectual e política de todas as pessoas ou cidadãos, sem distinção de raça ou credo religioso; ao mesmo tempo que se multiplicam as situações de antagonismo e conflito raciais, em países coloniais, dependentes e dominantes. Nos Estados Unidos e

na África do Sul, ou na Irlanda e no Canadá, ou no Oriente Médio e na Europa, as tensões e os antagonismos raciais e religiosos, em separado e misturados, parecem ser mais agudos em 1974 do que ao término da Segunda Guerra Mundial; salvo, é claro, o problema da matança de judeus pelo nazismo alemão. Em alguns países, é evidente que os conflitos de base racial ganharam dimensões inesperadas, por sua violência, organização política e sofisticação ideológica. Muitas discussões e pesquisas, acadêmicas e não acadêmicas, sobre fenômenos raciais no mundo capitalista, certamente estão inspiradas pelo interesse de muitos em compreender e resolver esse paradoxo.

A meu ver, esse paradoxo não pode ser satisfatoriamente explicado enquanto a análise não busca as raízes econômicas e políticas das desigualdades raciais, em cada situação específica. Com isso não quero dizer que as condições históricas e culturais de formação das sociedades multirraciais não sejam importantes. É evidente, em todos os casos, seja nos Estados Unidos ou África do Sul, na Índia ou Brasil, na França ou Inglaterra, a importância das condições históricas de sua formação demográfica, racial, religiosa, etc. Inclusive é evidente que algumas situações cruciais passadas influíram de forma decisiva na maneira de organização sócio-cultural das relações e ideologias. Mas todas as condições histórico-culturais mais significativas reaparecem nas situações concretas presentes. Podem ser reencontradas nos *riots*; na atuação de partidos políticos de base racial, na violência guerrilheira. São as relações político-econômicas, no entanto, que em última instância podem explicar a persistência e as transformações das situações de antagonismo e conflito que se repetem em um e muitos países.

Tanto é assim que a história dos antagonismos e conflitos raciais, em dado país, parece acompanhar a história das relações político-econômicas das classes sociais e dos grupos raciais nelas distribuídos e concentrados. Nos Estados Unidos, por exemplo, em várias ocasiões é evidente que os brancos são menos atingidos pelo desemprego. Assim, em 1940 havia 13 por cento de brancos desempregados, mas eram 14,5 os não brancos na mesma situação. Em 1962 essa desproporção é maior, pois os brancos perfazem 4,9 por cento, enquanto que os não brancos alcançam 11,0 da força de trabalho desempregada ⁴.

Não é surpreendente, pois, que a renda *per capita* dos norte-americanos também varie segundo a condição racial. Nesse país, o não branco (negro, mulato, portorriquenho, chicano e outros) em geral participa em apenas mais ou menos cinquenta por cento da renda auferida pelo branco. Assim, por exemplo, em 1948 a renda média dos não brancos do sexo masculino alcançava apenas 54 por cento do que era recebido pelos brancos. Em 1969 essa relação se mantinha quase a mesma, pois que os não brancos percebiam 59 por cento do que era ganho pelos brancos ⁵.

Não é necessário lembrar aqui que essas diferenças de participação no produto do trabalho social não se explicam apenas pelas diferenças de

preparo profissional, ou grau de socialização nas condições sociais e técnicas de organização do trabalho, na fábrica, fazenda, escritório, etc. Além do mais, essas diferenças raciais, quanto ao tipo de preparo profissional, também se explicam pelas condições econômicas, culturais e políticas de educação e profissionalização, segundo as classes sociais, na cidade e no campo. Todas as pesquisas econômicas, sociológicas e antropológicas mostram que as raças subalternas são discriminadas na prática cotidiana das relações econômicas, políticas e outras. O preconceito e a discriminação raciais estão sempre inseridos dinamicamente na prática das relações de produção, em sentido lato.

A verdade é que a participação desigual das raças no produto do trabalho social é geral, em praticamente todos os países capitalistas. Ela se verifica na Europa, África, Ásia e Américas. As raças definidas ideologicamente como inferiores, em dada sociedade, são as raças que participam em menor grau do produto do próprio trabalho. São também essas raças que podem reivindicar em menor escala, em comparação com os trabalhadores brancos, ou pertencentes a estratos sociais privilegiados. Isso é assim na Índia e no México, no Brasil e na África do Sul, na França e nos Estados Unidos. Ou seja, não é certo que o desenvolvimento econômico capitalista melhora generalizadamente o nível econômico, social e cultural dos trabalhadores. Ao contrário, muitas vezes preservam-se e refinam-se as desigualdades, com freqüência mais visíveis quando se confrontam as condições de vida dos trabalhadores das raças dominantes com as condições das raças subalternas, ou discriminadas⁶.

Todo país produz uma forma singular de hierarquização racial da sua população. As pessoas e os grupos podem distribuir-se por raça, religião, filiação política, etc.; em classes, estamentos, castas mais ou menos desenvolvidos, estabilizados ou em regressão. As castas podem estar em regressão, como na Índia. Nem por isso, no entanto, as pessoas deixam de ser classificadas segundo a condição racial, ao mesmo tempo que por sua situação sócio-econômica. Tanto é assim que não é por mero acaso que em cada país o ejército industrial de reserva tende a ser formado pelos membros das raças discriminadas, ou subalternas. Em boa parte, a lógica da discriminação racial guarda alguma congruência com a lógica das relações de produção. É claro que uma e outra não são perfeitamente harmônicas entre si. Mas é inegável que a maioria dos desempregados são membros das raças subalternas; que os membros destas raças, mesmo que empregados, participam em menor escala do produto do trabalho social; que, nas classes médias e dominantes, os membros das raças subalternas são menos visíveis, mais raros ou mesmo totalmente ausentes.

Essa distribuição desigual das raças na estrutura sócio-econômica de cada país pode ser vista também em escala internacional. As possibilidades de mobilidade sócio-econômica dos imigrantes (de primeira e demais gerações) nos países adotivos são menores que a dos trabalhadores nativos, nas mesmas condições. Os países que compram a força de tra-

balho imigrante estabelecem barreiras jurídicas, políticas e sociais delimitando o âmbito de circulação do "estrangeiro" ou seu descendente. Isso é verdade para hindús e paquistaneses na Inglaterra, portorriquenhos e chicanos nos Estados Unidos, ou argelinos e espanhóis na França. O mercado internacional de trabalho também faz circular internacionalmente as técnicas de seleção, controle e repressão das raças subalternas. Aliás, os fenômenos migratórios, em escala internacional, tanto no século XIX como no XX, estão sempre altamente determinados pelas exigências do mercado de força de trabalho⁷. Quanto mais se desenvolve o caráter internacional do capitalismo, mais se internacionalizam e intensificam os movimentos das forças produtivas básicas, seja o capital e a tecnologia, seja a mão-de-obra. Nem por isso, no entanto, a generalização do trabalho livre implica na generalização da liberdade do trabalhador, em termos sociais e políticos. Um operário argelino na França é sempre e ao mesmo tempo argelino e operário. Da mesma forma, o hindu na Inglaterra, o chicano nos Estados Unidos, o negro no Brasil, o índio no México.

IV

A POLÍTICA DAS RELAÇÕES RACIAIS

A história das raças subalternas e dos povos dominados, em níveis nacional e internacional, mostra que eles têm reagido sempre em termos religiosos, culturais e políticos. Nas lutas pela emancipação política, econômica e cultural dos povos asiáticos e africanos, neste século, e dos povos latino-americanos, nos começos do século passado, esteve presente o elemento racial. Nas religiões afro-americanas, em vários países da América Latina, a condição racial tem estado de alguma forma presente. Os fenômenos messiânicos, na África, América Latina e Ásia, muitas vezes conjugam manifestações religiosas e de identidade racial. Em diversos movimentos religiosos, culturais e políticos, entre povos coloniais e no seio das raças subalternas, nos países dependentes e dominantes, são evidentes as suas implicações raciais. Seria impossível compreender de outra maneira fenômenos como os seguintes: messianismo, tribalismo, negritude, hinduísmo, budismo, sionismo, islamismo, panarabismo e outros. Em distintas gradações, eles são reações às condições de antagonismo e conflito em que raças subalternas são colocadas, dentro de dado país ou nas relações com países dominantes.

Mas é importante não esquecer que essas ideologias e movimentos são freqüentemente reações às ideologias e movimentos dos grupos e classes dominantes, em geral identificados com outras raças. Muitos povos colonizados, da mesma forma que grupos raciais subalternos, no interior de dado país, têm sido obrigados a lutar contra um persistente e continuamente reavivado darwinismo social. Aliás, toda história do imperialismo europeu e norte-americano, em suas implicações políticas e culturais, é

também a história de muitas e sempre renovadas manifestações de darwinismo social, no qual se misturam o etnocentrismo, o europocentrismo, a identificação entre branco e civilizado, o puritanismo civilizatório, a identidade entre os povos anglosaxônicos, o capitalismo industrial, a democracia liberal e o climax do processo histórico⁸.

Seria impossível compreender as componentes irracionais da política da guerra fria dos governantes norte-americanos nos anos 1946-70, sem levar em conta as convicções do puritanismo civilizatório simbolizado na política externa posta em prática por John Foster Dulles. Da mesma forma, seria impossível compreender a violência da guerra que os norte-americanos fizeram contra o povo do Vietnã sem incluir na análise a idéia do perigo amarelo de mistura com o comunismo, ou formas não ocidentais de compreender e organizar a vida.

Aliás, para conseguir a sua independência política, o Egito e a Argélia, ou a Índia e a Indonésia, para mencionar exemplos diversos, tiveram que realizar todo um longo e complexo processo de elaboração de uma nova identidade. Em alguns casos, entra em jogo a religião, em outros a língua predominante, mas sempre a especificidade das tradições culturais. Em graus variáveis, conforme a diversidade racial maior ou menor do país, também entram em linha de conta as bases raciais, a idéia de uma identidade racial mínima, ao menos em oposição ao colonizador. Ou seja, para realizar a sua emancipação política, nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, os povos da África e Ásia tiveram que elaborar elementos religiosos, políticos e científicos para desmascarar e negar o darwinismo social inerente à cultura imperialista.

Mas também no interior dos países dominantes, os antagonismos e conflitos de base racial encontram expressões religiosas, culturais e políticas. É o que tem ocorrido com as minorias raciais, nos Estados Unidos e outros países.

Nos países da América Latina, parece evidente que algumas religiões de base indígena e africana desempenham inclusive as funções de uma espécie de contra-cultura de raças subordinadas e exploradas. Ao lado de outros significados específicos de cada religião e seita, é inegável a sua conotação antagonística, quanto às seitas e religiões dos brancos, os donos do poder. Negros, índios e mestiços parecem refugiar-se de forma sublimada em suas práticas religiosas, ao mesmo tempo que elaboram e reelaboram a sua identidade, distinta e em alguns casos em aberta oposição à dos brancos.

É claro que as relações raciais na América Latina, por exemplo, estão se transformando com a urbanização e a industrialização, mais ou menos notáveis, havidas nas últimas décadas em alguns países. Esse seria o caso do México e Brasil, entre outros. Mas não é evidente que essas mudanças estão resolvendo as questões raciais. Parece claro que o índio, cholo, mestizo, mulato, negro e outras categorias raciais, em países latino-

americanos, continuam a ser distinguidos dos brancos. Essa discriminação, mais ou menos velada ou aberta conforme a situação particular de trabalho, aparece nas atividades rurais e industriais. Se é verdade que a institucionalização do trabalho assalariado abre possibilidades a todo tipo de trabalhador, sem distinções de sexo, idade, religião ou raça, isso não significa que essas possibilidades são na prática iguais para todos. Para ser reconhecido como um operário da mesma categoria do branco, o operário negro precisa ser melhor que o branco. Além do mais, a situação de trabalho é apenas uma esfera da existência do trabalhador, ainda que seja a mais importante. Ao analisar a relação entre industrialização e relações raciais no Brasil, Roger Bastide fez as seguintes observações:

To sum up, industrialization has played a double role in Brazil. On the one hand, it has intensified prejudice and given sharper forms to discrimination at the beginning of industrial growth, when the Negroes first became competitors with the whites. On the other hand, in periods of prosperity and rapid economic development, it has tended to make social tensions predominate over racial tensions. This is, of course, only in the single sphere of work relations. The rest of life—neighbourhood relations, amusement relations and friendships—continues to be regulated by the traditional models which still co-exist with the new models born from industrialization⁹.

É de supor-se que as novas configurações sociais de vida na cidade, e em conexão com as relações de produção na indústria, estejam criando condições e perspectivas totalmente novas no desenvolvimento de ideologias e movimentos políticos entre os negros brasileiros. À medida que o capitalismo destrói e reelabora os valores e padrões raciais que haviam sido produzidos em quatro séculos de escravização do trabalhador negro, é óbvio que se criam novas possibilidades de organização e expressão dos seus interesses econômicos, culturais e políticos. Isto é, as tensões e os antagonismos raciais são recriados nos quadros das tensões e antagonismo sociais emergentes e predominantes nas novas condições.

Nos Estados Unidos, as ideologias e os movimentos de base racial passaram por transformações notáveis nos anos cinquenta e sessenta. Depois de muitas décadas de aceitação mais ou menos passiva de políticas racistas ou integracionistas propostas pelos brancos, os negros norte-americanos passaram a organizar-se e atuar de forma autônoma e eminentemente política. Aliás, tomada em suas linhas gerais, enquanto às suas tendências predominantes, talvez se possa dizer que a história do negro norte-americano revela duas orientações principais. Até a Segunda Guerra Mundial e mesmo alguns anos após, ele aceitava de forma passiva ou ativa a política de integração subordinada, definida, implementada e controlada pelo branco. Essa é a política na qual os brancos organizam e propõem o problema racial em termos morais, jurídicos ou principalmente antropológicos. Não é por acaso que a análise do problema racial norte-americano realizada por Gunnar Myrdal coloca a questão em termos de

desencontro entre valores culturais: os da ideologia dominante, que propõem a igualdade e a liberdade entre todos os cidadãos, e os da prática das relações raciais, que negam cotidianamente aqueles. Para ele, simbolizando e exprimindo grande parte da produção científica até então e mesmo depois, o dilema norte-americano é antes de mais nada axiológico¹⁰.

Nas décadas dos cinquenta e sessenta, no entanto, o negro norte-americano propõe, adota e desenvolve interpretações políticas próprias, sobre o seu grupo racial, o branco, as relações raciais, a organização econômica, política e cultural do país e outros aspectos da sua existência. Ele descobre que a política de de-segregação ou integração racial estava sendo proposta, implementada e controlada segundo os interesses do branco. Mais que isso, descobre que o tipo de vida que o capitalismo norte-americano lhe oferece não corresponde ao seu ideal de vida, às suas possibilidades reais de existência livre e criativa. O desemprego relativo maior entre os negros dos Estados Unidos e a mortalidade relativa maior de negros norte-americanos na guerra do Vietnã são fatos transparentes, que põem em evidência toda a sua situação econômica, política e cultural. Esse é o contexto no qual o negro norte-americano passa a rejeitar politicamente as políticas raciais dos brancos, governantes ou não. Pouco a pouco, as novas correntes políticas e culturais desenvolvidas entre os negros dos Estados Unidos começam a negar tanto as políticas integracionistas como o próprio regime político econômico com o qual se identifica o branco.

The shift to the revolutionary antiestablishment position that Huey Newton, Eldridge Cleaver, and Bobby Seale projected as a solution to the problems of Amerika's black colonies has taken firm hold of these brother's minds. They are now showing great interest in the thoughts of Mao Tse-tung, Nkrumah, Lenin, Marx, and the achievements of men like Che Guevara, Giap, and Uncle Ho¹¹.

The events of the Cong, Vietnam, Malaya, Korea, and here in the U.S. are taking place all for the same reason. The commotion, the violence, the struggles in all these areas and many more spring from one source, the evil and malign, possessive and greedy Europeans. Their abstract theories, developed over centuries of long usage, concerning economics and sociology take the form that they do because they suffer under the mistaken belief that a man can secure himself in this insecure world best by ownership of great personal, private wealth. They attempt to impose their theories on the world for obvious reasons of self-gain. Their philosophy concerning government and economics has an underlying tone of selfishness, possessiveness, and greediness because their character is made up of these things¹².

Assim, à tendência integracionista proposta segundo os termos da ideologia racial dos brancos, e aceita por uma parte dos negros, opõe-se a tendência política independente e agressiva de uma parcela da população negra dos Estados Unidos. É claro que as duas tendências coexistem e

desenvolvem-se no interior da sociedade norte-americana. Mas é inegável que desde as décadas dos cinquenta e sessenta em diante transformou-se qualitativamente o caráter da situação racial nos Estados Unidos. O preconceito, a discriminação e a segregação deixaram de ser uma questão moral, jurídica ou antropológica, definida segundo os termos da ideologia e da ciência dos brancos. Desde essa época, as tensões, os antagonismos e os conflitos raciais nesse país passaram a ser, para boa parte dos negros norte-americanos, uma questão aberta, necessária e fundamentalmente política.

V

PROBLEMAS RACIAIS E CONTRADIÇÕES ESTRUTURAIS

A análise dos antagonismos e conflitos raciais vigentes nos mais diversos países, sejam os Estados Unidos e a África do Sul, ou a Índia e o Brasil, revelam que em todos há algum tipo de assimetria econômico-social, política e cultural que tende a corresponder às assimetrias reveladas na hierarquia das raças. Há uma raça que tende a concentrar o poder econômico e político, ao passo que outra ou outras tendem a situar-se no proletariado industrial e agrícola. Com frequência os mestiços encontram-se em posições intermédias. Eles são apresentados e apresentam-se como prova de que o sistema social é aberto. Mas também revelam que atuam nos quadros da ordem político-econômica e de pensamento estabelecida em conformidade com os interesses da classe e/ou raça que detém o poder. Portanto, as tensões e antagonismos raciais alimentam-se basicamente das assimetrias econômicas, sociais, políticas e culturais características do capitalismo, em geral, e segundo as condições históricas próprias de cada subsistema nacional, em particular.

Convém observar, no entanto, que esses países não são diferentes apenas em sua composição racial, história demográfica, especificidade cultural, ou quanto a línguas, religiões etc. Eles são diversos inclusive quanto ao grau e tipo de desenvolvimento das relações capitalistas de produção. Sob certos aspectos, os Estados Unidos são o país mais avançado do mundo capitalista, ao passo que o Brasil é ainda uma nação dependente e subdesenvolvida. São dois polos, ou gradações bastante distintas e distantes, na gama das possibilidades de desenvolvimento das relações capitalistas de produção, se pensamos em termos de classes operária e burguesa, graus de desenvolvimento tecnológico, composição absoluta e relativa de capital, tecnologia e força de trabalho, nos diferentes setores produtivos, na extensão da dependência de capital, *know-how*, tecnologia e comércio externos etc. Entretanto, a despeito das diferenças estruturais determinadas pelos graus diversos de desenvolvimento econômico, tipos de heranças culturais etc., é inegável que esses (assim como outros) países capitalistas apresentam marcadas similitudes na distribuição assimé-

trica dos vários grupos raciais pelas distintas classes sociais. As notáveis diferenças de grau, intensidade, conteúdo e estilo das tensões e dos antagonismos raciais, nos dois países, não elimina o fato de que os brancos dominam o poder político-econômico, ao passo que os negros e os mulatos se encontram situados nas classes assalariadas; com frequência em condições subalternas às dos brancos que se acham na mesma categoria social.

A verdade é que a história do capitalismo demonstra que esse modo de produção rompe, substitui e recria continuamente as relações econômico-sociais e políticas preexistentes. Isso é o que demonstra a história de expansão imperialista inglesa, francesa, alemã, belga, holandesa, italiana, portuguesa e norte-americana na Ásia, África, e América Latina. Esse fenômeno é particularmente evidente na produção industrial, na qual castas e estamentos, ou diferenças sociais de idade, sexo, religião e outras submergem nas relações de produção capitalistas, em formação ou expansão.

Mas não é certo que as relações capitalistas de produção destroem ou eliminam as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais baseadas em diferenças raciais. Ao contrário, o capitalismo recria essas diferenças continuamente, segundo as leis da divisão do trabalho social e estratificação social que lhes são próprias. Todos passam a ser cidadãos, trabalhadores livres etc., segundo a ideologia burguesa dominante. Na prática, entretanto, todos continuam a existir como operários e burgueses ao mesmo tempo que índios, negros, brancos, hindus paquistaneses, amarelos, mestiços etc.

No sistema capitalista, pois, a pluralidade racial não garante a integração harmônica das raças, nem significa, automaticamente, a discriminação generalizada. Cada país e situação tem a sua especificidade. Na Índia, por exemplo, a pluralidade racial, cultural e linguística pode gerar situações menos tensas e violentas do que nos Estados Unidos. Nos países da América Latina, as tensões e os antagonismos raciais são qualitativamente diversos, se pensamos em países com composições raciais tão distintas como o Brasil, México e Peru. Mas essas situações não são estáticas. Elas modificam-se com a mudança das condições políticas e econômicas, nas quais se envolvem os membros de umas e outras raças. Em todos os países, entretanto, a heterogeneidade racial tende a constituir-se num princípio classificatório, ao lado das diversas crenças religiosas, línguas, etc. Em última instância, no entanto, são as condições econômicas e políticas de organização do processo produtivo e de apropriação do produto do trabalho coletivo que tendem a comandar ou influenciar decisivamente as relações e classificações raciais. Estas tendem a ser subordinadas, secundárias ou mesmo reflexas, em face dos princípios classificatórios estabelecidos pelas condições político-econômicas, encaradas como estruturais. Nem por isso, todavia, as determinações raciais deixam de ser importantes; e em certas situações as mais importantes. Com frequên-

cia elas conferem sentidos especiais e complementares às determinações político-econômicas.

La lucha de clases, realidad primordial..., reviste indudablemente características especiales cuando la inmensa mayoría de los explotados está constituida por una raza, y los explotadores pertenecen casi exclusivamente a otra¹³.

Em resumo, a sociedade capitalista revela uma capacidade excepcional para controlar, disciplinar, reprimir ou dar novas soluções aos antagonismos e conflitos sociais de base racial. Mas não tem mostrado capacidade especial para resolver situações de antagonismo e conflito segundo os interesses das raças discriminadas, oprimidas ou subalternas. Daí os frequentes desdobramentos e irrupções de tensão e violência racial.

Ocorre que os antagonismos e conflitos sociais de base racial estão sempre imbricados nas condições econômicas e políticas nas quais as pessoas, os grupos e as classes sociais se definem e atuam como produtores, cidadãos, trabalhadores assalariados, operários, camponeses, burgueses, etc. Mais que isso, as manifestações de tensão e violência racial têm as suas raízes nas contradições político-econômicas que caracterizam a sociedade capitalista. Os valores e padrões de comportamento racial, ou as ideologias e as práticas nas relações raciais, em geral são mediações sócio-culturais e políticas importantes no contexto das relações entre classes e sub-classes sociais, articuladas de modo hierarquizado, em conformidade com as relações de produção e apropriação. É claro que raça e classe não se reduzem uma à outra; são determinações importantes, que precisam ser compreendidas em sua especificidade. Mas seria equivocada e incompleta a interpretação de problemas raciais que não incorpora a condição das pessoas na estrutura de classes da sociedade, sejam elas classes sociais em formação, amadurecidas ou em situação de crise.

¹ Quanto ao conceito sociológico de raça, consultar: Charles Wagley, *The Latin American Tradition*, Columbia University Press, New York, 1966, cap. V; Michael Banton, *Race Relations*, Tavistock Publications, London, 1967, cap. 4; Gunnar Myrdal, *An American Dilemma*, Harper & Brothers Publishers, New York, 1944, parte II; Roger Bastide e Florestan Fernandes, *Branços e Negros em São Paulo*, Companhia Editora Nacional, São Paulo 1959, apêndice I; Octavio Ianni, *Raças e Classes Sociais no Brasil*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972, quarta parte.

² Estas são algumas publicações nas quais se registram e discutem as preocupações e os programas da UNESCO relativamente a tensões raciais: Otto Klineberg, "The UNESCO Project on International Tensions", *International Social Science Bulletin*, Vol. I, No. 1, Paris, 1949, pp. 11-21; do mesmo autor, *États de Tension et Compréhension Internationale*, Librairie de Médecis, Paris, 1951; Hadley Cantril, *Tensions et Conflits*, Librairie de Médecis, Paris, 1951; Association Internationale de

- Sociologie, *De la Nature des Conflits*, Unesco, Paris, 1957; Unesco, *The Race Question in Modern Science*, Paris, 1955.
- 3 Transcrição de *Folha de S. Paulo*, 2 de maio de 1974, p. 17, sob o título "ONU: deve ser criada nova ordem econômica mundial".
 - 4 Paul A. Baran e Paul M. Sweezy, *Monopoly Capital*, Monthly Review Press, New York, 1966, p. 261.
 - 5 Richard C. Edwards, Michael Reich e Thomas E. Weisskopf (Editors), *The Capitalist System*, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, 1972, p. 289.
 - 6 Alguns dados e análises sobre pluralidade racial, discriminação racial, racismo e alienação, econômica encontram-se em: Everett C. Hughes e Helen M. Hughes, *Where Peoples Meet*, The Free Press, Glencoe, 1952, esp. cap. 5; Herbert Blumer, "Industrialization and Race Relations", publicado em Guy Hunter (Editor), *Industrialization and Race Relations*, Oxford University Press, London, 1965; E. Franklin Frazier, *Race and Culture Contacts in the Modern World*, Alfred A. Knopf, New York, 1957, esp. parte II; Michael Banton, *Race Relations*, citado, esp. caps. 8 e 10; Jack Woddis, *Africa: As Raízes da Revolta*, trad. de Waltensir Dutra, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1961, esp. caps. V, VI e VII; Immanuel Wallerstein (Editor), *Social Change: The Colonial Situation*, John Wiley & Sons, New York, 1966, esp. parte II; Marvin Harris, "Raça, Conflito e Reforma em Moçambique", *Política Externa Independente*, No. 3, Rio de Janeiro, 1966, pp. 8-39.
 - 7 Julius Isaac, *Economics of Migration*, Kegan Paul, Trench, Trubner & Co, London, 1947.
 - 8 Quanto às relações entre imperialismo e racismo: Georg Lukács, *El Asalto a la Razón*, trad. de Wenceslao Roces, Fondo de Cultura Economica, México, 1959, esp. cap. VII; J.A. Hobson, *Imperialism*, The University of Michigan Press, Ann Arbor, 1965, esp. parte II; Richard Hofstadter, *Social Darwinism in American Thought*, Beacon Press, Boston, 1967; Hannah Arendt, *The Origins of Totalitarianism*, The World Publishing Company, Cleveland, 1958, esp. caps. 6 e 7; Claude Julien, *L'Empire Américain*, Éditions Bernard Grasset, Paris, 1968; Gordon Connell-Smith, *The Inter-American System*, Oxford University Press, London, 1966, esp. pp. 14-18.
 - 9 Roger Bastide, "The Development of Race Relations in Brazil", publicado por Guy Hunter (Editor), *Industrialization and Race Relations*, citado, pp. 9-29; citação da p. 26. Quanto aos problemas de preconceito e discriminação em ambientes urbano-industriais brasileiros, consultar também: Florestan Fernandes, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, 2 vols., Dominus Editora, São Paulo, 1965; L. A. da Costa Pinto, *O Negro no Rio de Janeiro*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1953; Octavio Ianni, *Raças e Classes Sociais no Brasil*, citado.
 - 10 Gunnar Myrdal, *An American Dilemma*, citado.
 - 11 George Jackson, *Soledad Brother* (The Prison Letters of George Jackson), Penguin Books, London, 1970, p. 50.
 - 12 *Ibidem*, p. 60.
 - 13 José Carlos Mariátegui, *Ideología y Política*, Empresa Editora Amauta, Lima, 1969, p. 61.